

Na sequência da Newsletters Especiais (1), (1.1), (1.2), (1.3), (1.4) e (1.5) publicadas, respetivamente, em 20 e 26 de março, 3, 9, 17 e 24 de abril, referentes às principais medidas de âmbito excecional destinadas à prevenção, contenção e tratamento do COVID-19 e a atenuar os efeitos económicos e sociais para as empresas e os cidadãos, vimos atualizá-las com as principais medidas conhecidas desde a última.

MEDIDAS DE ÂMBITO FISCAL E DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPACHO N.º 153/2020-XXII, DE 24 DE ABRIL, DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

O Despacho n.º 153/2020-XXII, de 24 de abril, determinou a prorrogação de várias obrigações fiscais.

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20223, DE 28 DE ABRIL, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Ofício Circulado n.º 20223, de 28 de abril, esclareceu as dúvidas sobre o enquadramento, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), dos apoios recebidos pelos trabalhadores dependentes e independentes no âmbito das medidas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, pela Portaria n.º 71-A/2020, de 15 de março e pelo Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, tendo em consideração o Despacho n.º 133/2020-XXII, de 30 de março, do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que sancionou o entendimento de que esses apoios financeiros estão sujeitos a IRS, nos termos dos artigos 2º e 3º do Código do IRS.

OFÍCIO CIRCULADO N.º 30220, DE 29 DE ABRIL, DA ÁREA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

O Ofício Circulado n.º 30220, de 29 de abril, divulgou o Despacho n.º 122/2020-XXII, de 24 de março, do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que determinou uma extensão do âmbito de aplicação da isenção de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), prevista na alínea a) do n.º 10 do artigo 15º do Código do IVA, durante o período de emergência motivado pela pandemia do COVID-19, às transmissões de bens a título gratuito efetuadas ao Estado, a instituições particulares de solidariedade social e organizações não governamentais sem fins lucrativos.

PORTARIA N.º 105/2020, DE 30 DE ABRIL, DOS MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL, FINANÇAS E SAÚDE

A Portaria n.º 105/2020, de 30 de abril, procedeu à prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do prazo de vigência previsto no artigo 5.º da Portaria n.º 89/2020, de 7 de abril, que adotou medidas excecionais, decorrentes da epidemia COVID-19, relativas às formalidades aplicáveis à produção, armazenagem e comercialização, com isenção do imposto, de álcool destinado aos fins previstos no n.º 3 do artigo 67.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo.

MEDIDAS DESTINADAS A ATENUAR OS EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

PORTARIA N.º 102-A/2020, DE 24 DE ABRIL, DO GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

A Portaria n.º 102-A/2020, de 24 de abril, estabeleceu um período excecional, entre 1 de maio e 30 de junho de 2020, durante o qual a comercialização de gasolina com especificações de inverno, ainda existente nas armazenagens em território nacional, pode ser comercializada para efeitos do seu escoamento.

DESPACHO N.º 5023-C/2020, DE 27 DE ABRIL, DO GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

O Despacho n.º 5023-C/2020, de 27 de abril, alterou, sobre prestação de serviços de atendimento ao público, a alínea g) do n.º 4 do Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março, que regulamentou a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar.

PORTARIA N.º 105-A/2020, DE 30 DE ABRIL, DO MINISTÉRIO DO MAR

A Portaria n.º 105-A/2020, de 30 de abril, determinou a cessação do período de suspensão semanal da atividade da frota que opera em águas interiores não marítimas sob jurisdição das capitâncias dos portos do continente e na divisão 9 definida pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM), procedendo à revogação da Portaria n.º 88-B/2020, de 6 de abril.

PORTARIA N.º 105-B/2020, DE 30 DE ABRIL, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

A Portaria n.º 105-B/2020, de 30 de abril, estabeleceu medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis ao ano de 2020 do Programa Apícola Nacional, (PAN) relativo ao triénio 2020-2022, regulamentado, a nível nacional, pela Portaria n.º 325-A/2019, de 20 de setembro, alterada pela Portaria n.º 387-A/2019, de 25 de outubro.

PORTARIA N.º 105-C/2020, DE 30 DE ABRIL, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

A Portaria n.º 105-C/2020, de 30 de abril, estabeleceu medidas complementares à Portaria n.º 81/2020, de 26 de março, relativas à situação epidemiológica do COVID 19, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020).

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 18/2020, DE 30 DE ABRIL, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Declaração de Retificação n.º 18/2020, de 30 de abril, retificou a Lei n.º 7/2020 de 10 de abril, que estabeleceu regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia COVID-19, e procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, que estabeleceu medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, que aprovou a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício.

DECRETO-LEI N.º 19-A/2020, DE 30 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril, estabeleceu um regime excepcional e temporário de reequilíbrio financeiro de contratos de execução duradoura, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

MEDIDAS RELATIVAS À PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E TRATAMENTO DO COVID-19

DECRETO-LEI N.º 19/2020, DE 30 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, estabeleceu um regime temporário e excepcional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 18-A/2020, DE 30 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

A Declaração de Retificação n.º 18-A/2020, de 30 de abril, retificou o Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril, que regulamentou a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

DECRETO N.º 2-D/2020, DE 30 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto n.º 2-D/2020, de 30 de abril, regulamentou o estado de emergência e o estado de calamidade para o período entre 1 e 3 de maio de 2020.

RESOLUÇÃO N.º 33-A/2020, DE 30 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 33-A/2020, de 30 de abril, declarou a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

RESOLUÇÃO N.º 33-C/2020, DE 30 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 33-C/2020, de 30 de abril, estabeleceu uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID 19.

DECRETO-LEI N.º 20/2020, DE 1 DE MAIO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, alterou as medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 e procedeu à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março.

PORTARIA N.º 107/2020, DE 4 DE MAIO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

A Portaria n.º 107/2020, de 4 de maio, procedeu à primeira alteração à Portaria n.º 86/2020, de 4 de abril, que estabeleceu um conjunto de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID-19, no âmbito da operação 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

MEDIDAS RELATIVAS À SAÚDE E PROTEÇÃO À FAMÍLIA

DESPACHO N.º 4959/2020, DE 24 DE ABRIL, DO GABINETE DA MINISTRA DA SAÚDE

O Despacho n.º 4959/2020, de 24 de abril, determinou que o seguimento clínico dos doentes COVID-19 que habitem em estabelecimento residencial para pessoas idosas e cuja situação clínica não exija internamento hospitalar é acompanhado, diariamente, por profissionais de saúde do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) da respetiva área de intervenção, em articulação com o hospital da área de referência.

MEDIDAS QUE COMPORTAM RESTRIÇÕES DE MOBILIDADE E TRANSPORTE

RESOLUÇÃO N.º 33-B/2020, DE 30 DE ABRIL, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 33-B/2020, de 30 de abril, repõe, a título excecional e temporário, um ponto de passagem autorizado na fronteira terrestre.

DESPACHO N.º 5138-B/2020, DE 30 DE ABRIL, DOS GABINETES DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS COMUNICAÇÕES

O Despacho n.º 5138-B/2020, de 30 de abril, manteve a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

PORTARIA N.º 106/2020, DE 2 DE MAIO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

A Portaria n.º 106/2020, de 2 de maio, estabeleceu para o transporte aéreo um limite máximo de passageiros, bem como as exceções a esse limite e respetivos requisitos, por forma a garantir a distância conveniente entre os passageiros e a garantir a sua segurança, quer nos voos regulares, quer nos voos excecionados à regra geral sobre lotação.

MEDIDAS RELATIVAS A SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO N.º 5031/2020, DE 28 DE ABRIL, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

O Despacho n.º 5031/2020, de 28 de abril, determinou, com aplicação a todos os trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira, que o gozo do período de férias transitadas do ano anterior não fica condicionado ao limite de 30 de abril, legalmente previsto.

DESPACHO N.º 5039/2020, DE 28 DE ABRIL, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA JUSTIÇA

O Despacho n.º 5039/2020, de 28 de abril, determinou a prorrogação dos efeitos do Despacho n.º 3586/2020, de 23 de março de 2020, que estipulou as regras em matéria de articulação entre assistência à família e a disponibilidade para os profissionais que asseguram os serviços essenciais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais em matéria de segurança e cuidados de saúde nos estabelecimentos prisionais, nos centros educativos e no sistema de vigilância eletrónica.

DESPACHO N.º 5066/2020, DE 29 DE ABRIL, DO GABINETE DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

O Despacho n.º 5066/2020, de 29 de abril, suspendeu a realização do Dia da Defesa Nacional, decorrente da situação atual de emergência de saúde pública ocasionada pela epidemia da doença COVID-19.